



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

ATO DA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 30 ANOS DO PROJETO CIDADÃO

Presidência: Deputado PEDRO LONGO.

Realizada em 15 de agosto de 2025.

O Cerimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Acre convidou, para compor a Mesa de Honra, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão Solene, Deputado Pedro Longo; o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador Laudivon Nogueira; o Excelentíssimo Senhor Coordenador do Projeto Cidadão, Desembargador Samoel Evangelista; a Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, Desembargadora Waldirene Cordeiro; o Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Ministério Público do Estado do Acre, Promotor de Justiça Gláucio Ney Shiroma Oshiro; o Excelentíssimo Coordenador de Cidadania da Defensoria Pública do Estado do Acre, Defensor Público Celso Araújo; o Excelentíssimo Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre, Rodrigo Aiache Cordeiro; a Excelentíssima Senhora Presidente da Associação de Magistrados do Acre, Juíza Olívia Ribeiro; o Excelentíssimo Senhor Deputado Eduardo Ribeiro; e o Senhor Presidente da Associação dos Notários e Registrados do Acre, Danilo Bezerra.

O Cerimonial convidou todos os presentes para que, em posição de respeito, ouvissem a execução do Hino Acreano. Em seguida, registrou a presença dos Desembargadores Denise Bonfim, Lois Arruda, Luís Camolez e Nonato Maia; dos Desembargadores aposentados Arquilau de Castro Melo, Eva Evangelista e Pedro Ranzi; e da Presidente do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Acre, Alana Carolina Albuquerque. Apresentou vídeo institucional do Projeto Cidadão.

O Senhor Presidente, Deputado Pedro Longo, declarou iniciados os trabalhos da Sessão Solene em homenagem aos 30 anos do Projeto Cidadão,



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

cumprimentando todos os presentes na figura do Chefe do Judiciário acreano e do Coordenador do Projeto Cidadão.

A solenidade é fruto do Requerimento nº 77/2025, apresentado pelo Deputado Pedro Longo, que destacou a relevância do Projeto como instrumento de transformação social. Ressaltou que, ao longo de três décadas, a iniciativa tem levado dignidade, cidadania e acesso à justiça às populações mais vulneráveis, abrangendo áreas urbanas periféricas, comunidades ribeirinhas e terras indígenas.

Destacou, ainda, as ações que asseguram direitos fundamentais, como o registro civil, a emissão de documentos de identidade, a orientação jurídica e a celebração de casamentos civis.

Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Acre, Danilo Bezerra disse orgulhar-se do Projeto Cidadão, realizado pelo Tribunal de Justiça com a colaboração dos cartórios. Destacou que a iniciativa abrange desde a emissão da segunda via de certidão de nascimento até os casamentos comunitários e registros tardios, abrangendo comunidades indígenas, pessoas em situação de rua e em cárcere.

A Presidente da Associação de Magistrados do Acre, Juíza Olívia Ribeiro, ao parabenizar todos os que fizeram e fazem parte do Projeto Cidadão, perguntou: "Qual magistrado ainda não atuou no Projeto Cidadão? Creio, pois, que todos nós já atuamos nele e temos uma linda história para contar". Ressaltou, fazendo coro ao orador que a antecedeu, que essa iniciativa do Judiciário do Acre é, antes de tudo, uma autêntica ação de cidadania, da qual todos os magistrados se orgulham, sendo reconhecida nacionalmente e garantindo justiça e cidadania para aqueles que mais precisam delas.

Em nome da OAB Seccional Acre, o Presidente Rodrigo Aiache, ao refletir sobre o Acre de 30 anos atrás, que carecia de ações voltadas para a garantia de direitos básicos como acesso à Saúde, à Educação e à Segurança Pública, afirmou que hoje, em plena Amazônia acreana, pessoas que antes não eram vistas agora são reconhecidas como cidadãs.



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

Defensor Público responsável pela Coordenação de Cidadania da DPE, Celso Araújo afirmou que a ação da Defensoria foi criada a partir das ideias do Projeto Cidadão. Ele também citou outras iniciativas, como o "MP na Comunidade", do Ministério Público do Acre, e a "Defensoria Itinerante", ambas inspiradas no Projeto Cidadão, que buscam levar cidadania e dignidade a todas as pessoas, especialmente àquelas que vivem em áreas remotas do Acre.

O Secretário-Geral do Ministério Público, Promotor de Justiça Gláucio Ney Shiroma Oshiro, afirmou que, ao visitar comunidades carentes, é possível perceber a importância e o poder que o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros órgãos exercem, oferecendo serviços que buscam garantir a dignidade das pessoas. Lembrou o nome do Desembargador Arquilau de Castro Melo, que deu origem ao Projeto Cidadão.

A Presidente do TRE, Desembargadora Waldirene Cordeiro, afirmou que falar do Projeto Cidadão é falar de transformação de vidas. Segundo ela, é um Projeto que ultrapassa as fronteiras do Estado. "Com o Projeto Cidadão, fizemos o óbvio: entregar cidadania e direitos. É uma grande honra participar das edições. É um momento de alegria estar presente nessa entrega ao nosso povo. Que o Projeto Cidadão se fortaleça cada vez mais, porque representa nossa sensibilidade, nossa essência. Todo mundo deve ter o pleno exercício da cidadania, e isso é o Projeto Cidadão. Parabéns a todos os envolvidos, porque, unidos, faremos muito mais", concluiu.

O Desembargador Arquilau de Castro Melo, hoje aposentado, explicou que o Projeto Cidadão não nasceu pronto, mas foi sendo montado ao longo dos anos, se inovando constantemente. Destacou que são muitos os parceiros e que, ao longo do tempo, pessoas e instituições uniram-se para formar o que é hoje o Projeto Cidadão. Segundo ele, não existem cargos ou legislação específica para o Projeto. Cada instituição junta seu pessoal e, a rigor, não há uma estrutura estabelecida. Enfatizou que o "Tribunal de Justiça não é o dono, o Projeto Cidadão pertence a todas as instituições envolvidas".

Também aposentado, o Desembargador Pedro Ranzi se pronunciou, afirmando que o Projeto Cidadão não tem formalidades. Ele destacou o



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

entusiasmo de todos, que, desprovidos de interesses pessoais, realizaram trabalhos com a vontade de prestar jurisdição sem formalidades.

Hoje Ouvidora Fundiária e do Meio Ambiente, a Desembargadora Eva Evangelista afirmou que o Projeto Cidadão se aperfeiçoa com a cooperação de todos. Segundo ela, para atuar no Projeto Cidadão é preciso "gostar de gente e olhar nos olhos dos outros" e que, "sem boa vontade, o Projeto não funciona". Mencionou ainda a importância do acolhimento desde o primeiro atendimento, agradecendo aos servidores, autoridades e parceiros.

O Coordenador do Projeto Cidadão, Desembargador Samoel Evangelista, recordou a atuação de magistrados e servidores em prol do acesso à justiça para cidadãos residentes, à época, em municípios de difícil acesso. Reforçou que o Projeto Cidadão é feito por muitas mãos e citou o verso "Um galo sozinho não tece uma manhã", de João Cabral de Melo Neto, como uma referência à parceria firmada entre os que trabalham para garantir justiça e cidadania às pessoas.

Destacou que o Projeto Cidadão é o projeto social mais longo realizado pelo TJAC. Dados do Tribunal apontam que foram realizados 1.647.541 atendimentos, oferecendo importantes e variados serviços, especialmente para as comunidades mais distantes e menos assistidas pelo aparato estatal.

Em 1998, o Projeto recebeu reconhecimento nacional, sendo premiado como "Destaque de Melhor Projeto do Brasil", na área de gestão pública e cidadania inovadora, pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ford e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Desembargador agradeceu a todos os que semearam e continuam semeando o bem por meio do Projeto Social.

O Deputado Eduardo Ribeiro destacou que o Projeto Cidadão, criado e conduzido com maestria pelo Tribunal de Justiça do Acre, nasceu de um princípio simples, mas transformador: levar o Estado até o cidadão. Em 30 anos, o Projeto, esse "pacto social" (nas palavras do Parlamentar), "distribuiu



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

mais que documentos: ofereceu oportunidades, promoveu esperança e levou dignidade a comunidades indígenas e ribeirinhas", disse.

À frente do Judiciário acreano, o Desembargador Laudivon Nogueira, último orador da Sessão Solene, afirmou que o Projeto Cidadão nasceu para reduzir distâncias e, ao longo de três décadas, tem reafirmado o compromisso com a dignidade humana e a inclusão social. "Mais que um programa, é uma ação que vai além dos julgamentos, removendo obstáculos ao exercício da cidadania. O Projeto, exemplo de função atípica do Judiciário, alcança os rincões mais distantes do Estado. Inicialmente focado na emissão de certidões de nascimento, expandiu-se para serviços de saúde, atendimentos jurídicos, lazer e cultura, sempre com ênfase na inclusão e no respeito à diversidade", registrou.

A Vice-Presidente do TJAC, Desembargadora Regina Ferrari, ex-integrante do Projeto Cidadão, não pôde estar presente na solenidade, mas enviou mensagem destacando que "o Projeto Cidadão é uma declaração permanente de que a Justiça existe para todos, especialmente para aqueles que mais precisam dela".

O Cerimonial procedeu à entrega de homenagens ao Coordenador do Projeto Cidadão, Desembargador Samoel Evangelista; à Vice-Presidente do TJAC, Desembargadora Regina Ferrari; e aos Desembargadores aposentados Arquilau de Castro Melo, Eva Evangelista e Pedro Ranzi.

Agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente, Deputado Pedro Longo, declarou encerrada a Sessão Solene em Homenagem aos 30 anos do Projeto Cidadão.